



Às providências.

**Intimação das Partes**

**JUIZ(A): Márcio Rogério Martins**

Cod. Proc.: 48468 Nr: 132-86.2015.811.0022

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Maykon de Souza Ribeiro da Silva, Luis da Conceição, Geovani Teixeira Gonçalves

**ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:**

**ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francisco Eudes Gomes de Lima, Gilberto Machado Custódio**

Vistos etc.

Tendo em vista a certidão de ref: 151, intime-se o réu Maykon de Souza Ribeiro da Silva, pessoalmente, para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo defensor, o qual deverá apresentar os memoriais escritos, no prazo legal.

Consigne-se no mandado, no ato da intimação, que o Senhor Oficial de Justiça deverá consultar o acusado Maykon de Souza Ribeiro da Silva se dispõe de condições econômicas para constituir advogado para defendê-lo, devendo constar na certidão a resposta obtida.

Informando o denunciado a impossibilidade de contratar um profissional ou decorrido o prazo supra estabelecido, e, em virtude da ausência de Defensoria Pública nesta Comarca, nomeie-se a Sra. Gestora Judiciária para proceder a defesa ao réu Maykon de Souza Ribeiro da Silva um dos nobres advogados militantes desta Comarca.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Às providências.

Pedra Preta-MT, 15 de setembro de 2015.

Márcio Rogério Martins

Juiz de Direito

**Intimação das Partes**

**JUIZ(A): Márcio Rogério Martins**

Cod. Proc.: 40276 Nr: 29-84.2012.811.0022

AÇÃO: Adoção->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PARTE AUTORA: VOS, JDdSS

PARTE(S) REQUERIDA(S): AJdS, VCMdS

**ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Reynaldo Oliveira Ruy**

**ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:**

Vistos etc.

Defiro o pedido de suspensão de fls.59, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Decorrido o prazo, certifique-se, abrindo-se vista à parte requerente para que se manifestar e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Às providências.

Comarca de Poconé

Diretoria do Fórum

Portaria

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE POCONÉ

DIRETORIA DO FORO

PORTARIA N.º 064/2015-DF

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA KÁTIA RODRIGUES OLIVEIRA, Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Poconé/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no Provimento 040/2008/CM, de 19/11/2008, que dispõe sobre o processo de credenciamento de Conciliador do Juizado Especial Cível e Criminal e dá outras providências, e o Edital n. 012/2015 que torna público a abertura de Processo Seletivo para o Credenciamento de Conciliador da Comarca de Poconé;

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência desta Magistrada, compor a Comissão de Apoio ao Processo Seletivo de Credenciamento de Conciliador do Juizado Especial Cível e Criminal na Comarca de Poconé:

Marcelo Junior Monte Fernandes, matrícula 26.626, Oficial de Justiça;

Aroldo Francisco de Paula Júnior, matrícula 4.948, Auxiliar

Judiciário/Gestor Administrativo 3;

Josiane de Arruda Silva Falcão, matrícula 1.439, Técnico Judiciário/Gestora Geral;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

P. R. Cumpra-se.

Poconé, 8 de setembro de 2015

KÁTIA RODRIGUES OLIVEIRA

Juíza de Direito Diretora do Foro

**Edital**

**PROCESSO SELETIVO PARA O CREDENCIAMENTO DE CONCILIADOR PARA A COMARCA DE POCONÉ/MT.**

**EDITAL N. 012/2015/DF**

**A JUÍZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE POCONÉ,**

em atenção a determinação constante nos Autos do Pedido de Abertura de Processo Seletivo nº 89/2015 CIA. 0088816-53.2015.8.11.0000(A), e no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura do II Processo Seletivo para o Credenciamento de Conciliador para a Comarca de Poconé, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital, com apoio da Comissão instituída pela Portaria n. 65/2015/DF, no qual a MMª Juíza Diretora do Foro é Presidente.

1.2 O processo seletivo destina-se a selecionar candidato para o exercício da função de Conciliador e far-se-á mediante prévia inscrição, que o habilitará a se submeter a prova de múltipla escolha.

1.3 É vedado o credenciamento de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de Magistrado ou de Servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento do Poder Judiciário, de acordo com a Resolução n. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

1.4 O Conciliador é particular que colabora com o Judiciário na condição de Auxiliar da Justiça, prestando serviço público relevante, sem vínculo empregatício e respondera pelas contribuições previdenciárias e tributárias, devendo, mensalmente, fazer prova da regularidade dessas obrigações junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

**2. DAS VAGAS**

2.1 A seleção visa a formação do cadastro de reserva e ao credenciamento de 01 (uma) vaga para Conciliador para atuar na Unidade Judicial da Comarca de Poconé, nos termos do Anexo III deste Edital, e de outras que vierem a surgir durante o período de validade da seleção.

**3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA CREDENCIAMENTO**

3.1 De acordo com o que determina o estabelecido na Lei n. 9.099/95, na Lei Complementar Estadual n. 270/2007, e no Provimento n. 040/2008-CM, de 19.11.2008, no ato do credenciamento o candidato devera atender as seguintes exigências:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- c) Ser bacharel ou acadêmico de Direito, regularmente matriculado em Universidade ou Faculdade Pública ou Particular, com curso autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação, a partir do 3º ano ou 5º semestre;
- d) Ter idade mínima de 18 anos;
- e) Não possuir antecedentes criminais e não estar sendo demandado em ação de natureza cível;
- f) Não ter processo em andamento na unidade Judicial da Comarca onde pretenda exercer a função;
- g) Não exercer quaisquer atividades político-partidárias;
- h) Não ser filiado a partido político e não representar órgão de classe ou entidade associativa.
- i) Quando devidamente justificada a situação de excepcionalidade da Comarca ou termo dela, bem como do risco de comprometimento ou necessidade do serviço judiciário, poderá ser dispensado o requisito do item b.

**4. DA REMUNERAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA**

4.1 O Conciliador será remunerado por abono variável, de cunho puramente indenizatório, pelas suas atuações em favor do Estado,



observando-se o teto máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), obedecendo-se a seguinte escala pecuniária, de acordo com o movimento forense da Unidade:

Audiências designadas para o conciliador no mês:

Valor do abono por audiência com:

Presença das partes, com conciliação positiva:

Presença das partes, sem conciliação positiva:

Ausência do autor, do réu ou de ambos, devidamente citados e/ou intimados:

Até 50

0,85 UPF/MT

0,65 UPF/MT

0,25 UPF/MT

De 51 a 100

0,5 UPF/MT

0,35 UPF/MT

0,22 UPF/MT

De 101 a 150

0,5 UPF/MT

0,25 UPF/MT

0,19 UPF/MT

Acima de 150

0,5 UPF/MT

0,2 UPF/MT

0,17 UPF/MT

4.2 Somente serão remunerados os atos praticados após o credenciamento, sendo vedado, em qualquer caso, pagamento retroativo.

4.3 Os atos remunerados serão apenas os praticados durante o mês, não se permitindo a cumulação, quando se tenha ultrapassado o referido teto.

#### 5. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

5.1 São atribuições do Conciliador:

a) abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob a orientação do Juiz Togado ou do Juiz Leigo, promovendo o entendimento entre as partes;

b) redigir os termos de acordo, submetendo-os à homologação do Juiz Togado;

c) certificar os atos ocorridos na audiência de conciliação, redigindo as atas das sessões que tenha presidido;

d) tomar por termo os requerimentos formulados pelas partes na audiência de conciliação.

e) preencher o relatório, a certidão de produtividade e encaminhar ao gestor judiciário, para certificar, e ao juiz, para atestar.

5.2 São deveres do Conciliador:

a) assegurar às partes igualdade de tratamento;

b) não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;

c) manter rígido controle dos processos em seu poder;

d) não exceder, injustificadamente, os prazos para submeter os acordos à homologação do Juiz Togado;

e) comparecer, pontualmente, no horário de início das sessões de conciliação e não se ausentar, injustificadamente, antes de seu término;

f) agir sob a orientação do Juiz Togado;

g) tratar com urbanidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados, Testemunhas, Servidores e Auxiliares da Justiça;

h) manter conduta irrepreensível na vida pública e particular;

i) utilizar trajes compatíveis com o decore judiciário;

j) não advogar perante a unidade Judicial da Comarca onde exercer a função durante o período de credenciamento;

k) frequentar cursos e treinamento indicados ou ministrados pelo Tribunal de Justiça.

#### 6. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

6.1. A inscrição deverá ser efetuada no Fórum da Comarca de Poconé, a partir das 12h do dia 21/9/2015 até as 19h do dia 9/10/2015, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período mediante ficha de inscrição constante do Anexo I. Para efetuar a inscrição o candidato deverá preencher a ficha de inscrição na Diretoria do Fórum ou via internet no endereço eletrônico: [pocone@tjmt.jus.br](mailto:pocone@tjmt.jus.br)

6.2. Não haverá cobrança da taxa de inscrição.

6.3. A Diretoria do Foro da Comarca de Poconé não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de

comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.4. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Apoio ao II Processo Seletivo para Credenciamento de Conciliador o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto (RG, CPF, data de nascimento) bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

6.5. O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local da realização das provas.

6.6. A candidata casada deverá inscrever-se com o nome que possuir na data da inscrição e, em caso de discordância entre esse nome e o da identificação, deverá apresentar no dia da realização da prova, além da fotocópia da mesma cédula, cópia da certidão de casamento ou da decisão judicial que justifique a discordância.

6.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das

provas, deverá solicitar atendimento especial para tal fim.

6.7.1 Não haverá compensação do tempo de amamentação no tempo de duração da prova.

#### 7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES E DOS RECURSOS

7.1 Será disponibilizada internet, no site <http://www.tjmt.jus.br>, uma lista com as inscrições preliminarmente deferidas, considerando-se indeferidas as que não constarem da relação.

7.2 Do indeferimento da inscrição caberá recurso, dirigido ao Juiz responsável

pela execução, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do resultado, na Diretoria do Fórum ou via internet no endereço eletrônico [pocone@tjmt.jus.br](mailto:pocone@tjmt.jus.br).

#### 8. DA PROVA

8.1. O Processo Seletivo será realizado em uma única etapa, mediante aplicação de prova objetiva que conterà 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, tendo cada uma 05 (cinco) alternativas de respostas, das quais apenas uma será considerada correta.

8.2. Na correção da Prova Objetiva todas as questões terão o mesmo valor, lhe

sendo atribuída notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

8.3. As questões da Prova Objetiva versarão sobre o programa que constitui o Anexo I do presente Edital, abordando as seguintes áreas de conhecimento:

Questões/Tipo

Área de Conhecimento

Objetiva

Noções de Língua Portuguesa

Noções de Direito Civil

Noções de Direito Processual Civil

Noções de Direito Penal e Processual Penal

Lei dos Juizados Especiais

Legislação Específica

8.4. A Prova Objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, no máximo.

8.5. A confirmação da data de realização da prova e as informações sobre os locais de prova serão divulgados oportunamente, por ocasião do encerramento das inscrições, no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizados no site do Tribunal de Justiça <http://www.tjmt.jus.br>.

8.6. O candidato deve comparecer ao local designado para realização das provas com antecedência mínima de meia hora do horário fixado para seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original.

8.7. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

8.8. Só será permitido o acesso à sala de prova ao candidato que apresentar o

documento de identidade, cujo número registrou na Ficha de Inscrição.

8.8.1 Serão considerados documentos de identidade: carteira expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública, Instituto de Identificação ou Corpo de Bombeiro Militar; carteira expedida por órgão fiscalizador de exercício profissional (ordem, conselho etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteira funcional expedida por órgão público que, por lei federal, valha como identidade; carteira de trabalho e previdência social; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, e



dentro do prazo de validade).

8.8.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.9. O candidato que se retirar do ambiente de provas não pode retornar em hipótese alguma.

8.10. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente.

8.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado.

8.12. O candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

8.12.1. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

8.13. Não será permitida, durante a realização das provas, comunicação entre candidatos, nem utilização de livro, anotação, impresso ou qualquer outro material de consulta.

8.14. O candidato deverá assinalar as respostas em folha apropriada, com caneta esferográfica azul ou preta, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do caderno de questões personalizado. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

8.14.1. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

8.15. Será considerada nula a resposta dada pelo candidato quando:

a) a folha de respostas apresentar emenda e/ou rasuras, ainda que legíveis;

b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;

c) não estiver assinalada na folha de respostas;

d) preenchida fora das especificações.

8.16. O candidato somente pode retirar-se do local de realização das provas, levando o caderno de provas, no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

8.17. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para execução das provas;

b) utilizar-se de livro, calculadora e/ou equipamento similar, dicionário, nota e/ou impresso que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido dentro da sala de prova portando telefone celular, gravador, receptor, pager, notebook e/ou equipamento similar;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridade presente e/ou demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento do fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando folha de respostas e/ou folha de texto definitivo;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas, na folha de rascunho e/ou na folha de texto definitivo;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento ou ilegal para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso.

8.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

8.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou autoridade presente, informações referentes ao seu conteúdo e/ou critérios de avaliação e de classificação.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

9.1. A nota de cada questão da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a 02 (dois) pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito definitivo da prova.

9.2. O cálculo da nota da prova objetiva, será igual à soma algébrica dos pontos obtidos nos itens que a compõem.

9.3. Serão eliminados do processo seletivo os candidatos que obtiverem nota inferior a 50 (cinquenta) pontos.

9.4. Os candidatos aprovados serão classificados de acordo com a ordem decrescente da nota final.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos recursos, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do Edital, quanto:

a) Ao indeferimento do requerimento de inscrição;

b) Ao gabarito provisório;

c) Ao resultado final do Processo Seletivo.

10.2. Os recursos deverão ser interpostos na Diretoria do Fórum ou via internet no endereço eletrônico: [pocone@tjmt.jus.br](mailto:pocone@tjmt.jus.br)

10.3. Os prováveis recursos relativos a este processo seletivo serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao II Processo Seletivo para Credenciamento e Conciliadores.

10.4. Não serão conhecidos os recursos sem a identificação da questão e fundamentação clara, objetiva e consistente.

10.5. Se do exame de recursos contra o Gabarito da prova objetiva resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10.6. Admitir-se-á um único recurso, por candidato, para todas as questões impugnadas, sendo desconsiderado o recurso em duplicidade.

10.7. Após a análise dos Recursos dos Gabaritos preliminarmente divulgados se fará a publicação dos Gabaritos definitivos, que poderão ser retificados ou ratificados, processando-se o resultado da Prova Objetiva.

10.8. Em hipótese alguma será aceito pedido de revisão de recurso, recurso de recurso e/ou de gabarito definitivo.

## 11. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. A divulgação da relação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo será feita por meio de Edital e será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.tjmt.jus.br>.

11.2. Nas publicações das listagens dos resultados do Processo Seletivo constarão sempre os nomes dos candidatos, em ordem de classificação.

11.3. Na hipótese de empate será dada preferência ao candidato que, pela ordem de prioridade:

I - for mais idoso;

II - exerceu cargo ou função de Conciliador no Poder Judiciário;

III - exerceu função no Poder Judiciário;

IV - exerceu atividade extracurricular Jurídica (estágio);

V - frequentou curso de capacitação e aperfeiçoamento sobre Juizados Especiais promovido pelo Poder Judiciário;

VI - apresentou maior tempo de formação em nível superior;

VII - tiver obtido maior pontuação nas questões atinentes à Lei dos Juizados Especiais.

## 12. DA HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO

12.1. A homologação do Resultado Final da seleção será feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

## 13. DO CREDENCIAMENTO

13.1. A aprovação na seleção não gera o direito ao credenciamento das vagas destinadas ao cadastro de reserva, mas este, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final e o prazo de validade da seleção.

13.2. Os candidatos aprovados serão credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, na ordem de classificação, no limite de vagas existente ou naquelas que surgirem dentro do prazo de validade da seleção, pelo período de até 02 (dois) anos, admitida uma única prorrogação.

13.2.1. O credenciamento será automaticamente prorrogado, por igual período, se, dentro de 30 (trinta) dias do vencimento do biênio, não for publicado o ato de credenciamento.

13.3. Para o credenciamento o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Cópia da Carteira de Identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Registro na Previdência Social (PIS/PASEP);

b) Certidão negativa de antecedentes criminais;



c) Declaração de Relação de Parentesco.

d) Declaração de que não exerce quaisquer atividades político-partidárias,

que não está filiado a partido político e que não representa órgão de classe ou entidade associativa;

e) Cópia do diploma, se bacharel, ou atestado de matrícula atualizado em Curso de Direito, se acadêmico;

f) Atestado de sanidade física e mental;

g) Declaração de que não exerce a função de árbitro ou mediador em institutos de mediação e arbitragem;

h) Curriculum Vitae.

13.3.1 Os documentos de que tratam o subitem anterior deverão ser entregues na Gerência setorial de concursos da Coordenadoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação do resultado final do Processo Seletivo.

13.4 Após a publicação do ato de credenciamento, o candidato terá o prazo de 03 (três) dias para se apresentar ao Juiz responsável pelo Juizado Especial Cível ou Criminal, na Comarca para a qual o candidato foi aprovado, devendo, nesse momento, assinar o Termo de Compromisso e Responsabilidade, sob pena de configuração de desistência da função.

13.5 No caso de desistência formal da nomeação prosseguir-se-á à nomeação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória.

13.6 Os candidatos aprovados serão submetidos à capacitação específica para as funções de conciliador.

13.7 Em caso de alteração dos dados cadastrais constantes do formulário de inscrição, o candidato deverá comunicar imediatamente o Juiz Diretor do Foro.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O acompanhamento das publicações de editais e comunicados referentes aos eventos desse Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

14.2. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, a prova e/ou tornar sem efeito o credenciamento do candidato, se constatadas irregularidades nas declarações, nos documentos, na inscrição ou na realização das provas.

14.3. A inscrição do candidato implicará a aceitação de todas as normas e todos os procedimentos para o Processo de Seleção regulamentados neste Edital, nos comunicados, avisos e demais instrumentos que forem publicados.

14.4. Todos os atos relativos ao presente Processo de Seleção, convocações, comunicados, resultados e homologação serão disponibilizados do Diário de Justiça Eletrônico e no site: <http://www.tjmt.jus.br>.

14.5. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento, que lhe disser respeito, circunstância que será comunicada em Edital ou aviso a ser publicado.

Poconé-MT, 14 de setembro de 2015.

KÁTIA RODRIGUES OLIVEIRA

Juza de Direito - Diretora do Foro

#### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CONCILIADOR

#### INSCRIÇÃO N.º

Data do Recebimento:

Nome do Candidato(a):

Identidade:

Órgão Expedidor:

Data de Expedição:

CPF:

Título de Eleitor:

Zona:

Seção:

Registro na Previdência Social:

PIS/PASEP:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Sexo: M ( ) F ( )

Canhoto ( )

Destro(a) ( )

Filiação:

Endereço Residencial:

Telefone Fixo:

Telefone Celular:

E-mail:

Nível de Instrução:

Instituição em que concluiu ou está cursando graduação em Direito:

Data da conclusão do curso:

Cidade:

UF:

Local de Trabalho:

Endereço:

Telefone:

Declaro, sob as penas da lei, que preencho os requisitos para credenciamento na função de Conciliador do Juizado Especial da Comarca de Poconé/MT exigido por meio do Edital N° 012/2015-DF, e a eles me sujeito integralmente.

Assinatura:

#### ANEXO II

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA SELEÇÃO DE CONCILIADORES DAS VARAS E DOS

#### JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

1. NOÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA: Ortografia Oficial. Acentuação Gráfica. Flexão Nominal e Verbal. Pronomes: emprego de formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do Verbo. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Ocorrência de crase. Pontuação.

2. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: A Constituição: conceito e classificação. Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais.

3. NOÇÕES DE DIREITO CIVIL: Das pessoas: naturais e jurídicas. Dos fatos: negócio e atos jurídicos. Dos atos ilícitos. Direito das Obrigações. Direito de Família e Sucessões.

4. NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL: Condições da Ação. Pressupostos processuais. Audiência. Conciliação. Instrução e Julgamento. Provas. Depoimento Pessoal. Confissão. Exibição de Documento ou Coisa. Prova Documental. Prova Testemunhal.

5. NOÇÕES DE DIREITO PENAL: Da aplicação das penas. Do crime. Das penas, das espécies de penas. Tipos Penais no Código Penal e nas Leis Especiais: Contravenções. Trânsito. Ambientais. Da Aplicação da Pena. Execução Penal. Código do Consumidor (penas). Lei do Porte de Arma. Conversão da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade em Privativa de Liberdade.

6. NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: Do Processo em Geral. Do Inquérito Policial. Da Ação Penal. Da Competência. Da Prova. Da Citação e Intimações e da Sentença.

7. LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS: Lei 9.099/95 e 10.259/01. Lei Estadual 6.176/03. Resoluções e provimentos específicos aos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, Enunciados Nacionais e Estaduais.

8. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: LEI ESTADUAL N.º 4.964/85 (COJE) - LEI COMPLEMENTAR

ESTADUAL N.º 270/2007 DE 02 DE ABRIL DE 2007 (Institui nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso o Juiz Leigo e o Conciliador, como Auxiliares da Justiça e dá outras providências)

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS ESTADUAIS - REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS - LEI ORDINÁRIA N.º 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (Institui o Código de Trânsito Brasileiro) - LEI ORDINÁRIA N.º 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências) - LEI ORDINÁRIA N.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências) – LEI ORDINÁRIA N.º 9.605, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1998 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências) LEI ORDINÁRIA N. 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código